

# A PAUTA DA DESINFORMAÇÃO:

## “fake news” e análise de categorizações de pertencimento na eleição presidencial brasileira em 2018

Copyright © 2019  
SBPjor / Associação  
Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo

MÔNICA CHAVES

*Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, Brasil.*  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9424-8036>

ADRIANA BRAGA

*Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, Brasil.*  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0307-3470>

DOI: 10.25200/BJR.v15n3.2019.1187

Recebido em: 25/02/2019 | Aprovado em: 11/09/2019

**RESUMO** – A disseminação de histórias falsas em aplicativos de mensagens e redes sociais da internet foi um dos elementos centrais da conversação civil no Brasil no período que antecedeu a eleição presidencial brasileira em 2018. A preocupação com a disseminação da desinformação – fenômeno que se compõe, entre outros elementos, por informações erradas, descontextualizadas, distorcidas ou falsificadas – se refletiu na quantidade de histórias falsas verificadas e desmentidas por agências independentes de checagens de fatos. No período de 20 dias entre as votações de primeiro e segundo turnos da eleição, as seis principais agências do país publicaram 228 verificações de histórias falsas disseminadas em redes sociais da internet ou aplicativos de troca mensagens, referentes a 132 pautas diferentes. Neste estudo, foram analisadas as categorizações enunciadas nos discursos dessas histórias falsas, com a utilização da Análise de Categorização de Pertencimento (ACP), ferramenta teórico-metodológica de origem na Etnometodologia.

**Palavras-chave:** Desinformação. Notícias falsas. Fake News. Análise de Categorizações de Pertencimento.

### THE AGENDA OF DISINFORMATION: “fake news” and membership categorization analysis in Brazil’s 2018 presidential elections

**ABSTRACT** – One of the main aspects of public debate in Brazil in the period that preceded the 2018 presidential election was the dissemination of false stories via social media and messaging apps. Disinformation, misinformation and mal-information – phenomena that comprehends, among others, elements such as wrongful, out of context, distorted and fabricated information – were a major concern in the context of the election, which could be seen in the number of false stories debunked by independent fact-checkers. In the 20-day period between the two rounds of the presidential election, six fact-

checking websites posted 228 verifications of false stories disseminated through social media and/or messaging apps, which covered about 132 different topics. This article aims to analyze the categorizations enunciated in their discourses. In order to do so, the methodological perspective utilized was the Membership Categorization Analysis, affiliated with the tradition of Ethnomethodology.

**Key words:** Disinformation. Fake News. Membership Categorization Analysis.

## **LA PAUTA DE LA DESINFORMACIÓN: “fake news” y análisis de pertenencia categorial en las elecciones presidenciales brasileñas de 2018**

**RESUMEN** – La propagación de historias falsas en servicios de mensajería instantánea y redes sociales de internet fue uno de los elementos centrales del debate público en Brasil durante el periodo previo a la elección presidencial brasileña en 2018. La preocupación con la diseminación de la desinformación – fenómeno compuesto por informaciones erróneas, descontextualizadas, distorsionadas o falsificadas, entre otros elementos – fue visible en la cantidad de historias falsas verificadas y refutadas por organizaciones de fact-checking. En el período de 20 días entre las votaciones de la primera y segunda vuelta de la elección, las seis principales fact-checkers del país publicaron 228 verificaciones de historias falsas difundidas en redes sociales de internet o servicios de mensajería instantánea, relativas a 132 pautas diferentes. Este artículo trata de analizar las categorizaciones enunciatas en los discursos de esas historias falsas con el auxilio del Análisis de Pertenencia Categorial (Membership Categorization Analysis – MCA), herramienta teórico-metodológica que proviene de la Etnometodología.

**Palabras clave:** Desinformación. Noticias falsas. Fake News. Análisis de Pertenencia Categorial.

### **1 Introdução**

O fenômeno da disseminação de boatos e falsas acusações de políticos contra seus adversários não é novo. O que há de singular na forma como o percebemos hoje são as especificidades trazidas pelos ambientes criados pelas tecnologias de informação e comunicação e suas consequências – muitas delas não previstas – nos modos de interação, nos circuitos comunicativos e, por fim, na própria vida social. À luz dessas questões, propomos neste artigo uma reflexão sobre os sentidos enunciatos nas histórias falsas (denominadas emicamente de “*fake news*”) disseminadas no contexto da eleição presidencial brasileira em 2018. Para isso, nos alinhamos à perspectiva naturalista da Etnometodologia, que nos forneceu

ferramentas teórico-metodológicas para a elaboração de uma Análise de Categorizações de Pertencimento a partir das pautas dessas histórias falsas. A análise aqui exposta é um recorte parcial de uma pesquisa mais ampla (Chaves, 2019).

O ponto de partida para nossa observação foi o cenário configurado a partir das mudanças ocorridas no campo da comunicação com a consolidação das tecnologias digitais de informação e comunicação no aparato midiático-informacional. Uma das consequências desse ambiente midiático pode ser observada no modo como se dá a conversação civil (Gomes, 2006) nos circuitos comunicativos constituídos pelas redes sociais da internet e, mais recentemente, pelos aplicativos de troca de mensagens. Foi esse contexto que inspirou a questão de nossa pesquisa: a disseminação de histórias falsas em aplicativos de troca de mensagens e redes sociais da internet como um elemento central da conversação civil no Brasil no período que antecedeu a eleição presidencial no país em 2018. A desinformação – conceito que será definido mais adiante – refletiu-se, na eleição, na quantidade de histórias falsas verificadas e desmentidas por seis agências de checagem de fatos no período 8 a 28 de outubro de 2018, entre o primeiro e o segundo turnos de votação. Naqueles 20 dias, foram publicadas 316 postagens referentes a temas políticos, das quais 228 eram desmentidos de histórias falsas disseminadas em aplicativos de troca de mensagens e redes sociais da internet. O objetivo deste trabalho foi analisar as categorizações de pertencimento enunciadas pelos/as disseminadores/as dessas histórias falsas.

A discussão que propomos tem foco em uma questão social que emergiu a partir da consolidação das mídias digitais, especialmente as da internet. No entanto, é importante esclarecer que não pretendemos estabelecer umnexo causal entre o uso de aplicativos de troca de mensagens e a decisão de votos dos eleitores brasileiros, nem sugerir uma relação direta entre o modo como os brasileiros se comunicam através do *WhatsApp*, aplicativo mais utilizado no país, e a ampla disseminação de histórias falsas no período analisado. Nas palavras de Peters, trata-se apenas de tentar, de certa forma, “escrever uma boa história das técnicas e da civilização”, sem, no entanto, “confundir as condições necessárias com as suficientes” (Peters, 2017, p. 29).

Vale ressaltar, ainda, que embora as tecnologias de informação e comunicação tenham ampliado as possibilidades de contato entre

peessoas, com base em interesses comuns, isso não necessariamente resultou em uma sociedade mais democrática, nem introduziu dinâmicas interacionais radicalmente novas. As tecnologias são usadas de forma a potencializar padrões preexistentes de interação, conforme verificado por Braga (2008) em seu estudo sobre interações nas redes sociais. Uma das questões discutidas é o uso de diferentes tecnologias e plataformas para emular, no ambiente digital, as condições de interação mais adequadas a necessidades específicas das pessoas para determinados tipos de comunicação. Assim, a complementaridade das mídias é definida como:

modos de utilização complementar de diferentes meios de comunicação (celulares, e-mails, correio, mensageiro instantâneo, câmeras digitais, etc.) por frequentadores/as de ambientes digitais. As interações ocorrentes na rede dispersam-se por suas várias estruturas, em uma dinâmica interacional na qual diferentes meios são empregados de modo complementar, a serviço da comunicação entre os/as participantes (Braga, 2008, p. 279).

A dinâmica da conversação civil na era digital também se baseia nos modos de interação preexistentes. Plataformas como as redes sociais da internet e os aplicativos de troca de mensagens, planejadas originalmente para facilitar a comunicação entre pessoas, acabaram se tornando ferramentas para o compartilhamento de notícias jornalísticas e outros elementos. Os protocolos interacionais se adequaram ao ambiente digital e as interações não atingiram as potencialidades esperadas no momento em que as tecnologias de informação e comunicação foram introduzidas. A suposta planetariedade que inicialmente se esperava não foi verificada na prática; diferente disso, o que vimos foram apropriações, no meio digital, de fundamentos culturais e sociais compartilhados. As interações na internet se articulam, assim, em circuitos comunicativos, cujo alcance é limitado por elementos de ordem interacional como, por exemplo, o idioma.

Nesse contexto, o tipo de circuito comunicativo no qual se deu a disseminação da maior parte das histórias falsas no período pré-eleitoral compunha-se principalmente por grupos do aplicativo de troca de mensagens *WhatsApp*. Esses grupos reuniam pessoas – conhecidas previamente ou não – em torno de temas de interesse mútuo relacionados ao processo eleitoral, constituindo um ambiente formado por circuitos de até 256 pessoas (limite estabelecido pelo próprio aplicativo) que, por sua vez, se inter-relacionam, dado que

uma mesma pessoa pode participar de quantos grupos quiser e, conseqüentemente, encaminhar mensagens de um dos grupos para outro(s). Assim, a produção de sentidos no ambiente do *WhatsApp* se dá a partir de pequenos circuitos, que se agrupam em circuitos maiores, e assim sucessivamente.

Esses circuitos comunicativos, assim como outros formados em diferentes plataformas on-line (como as redes sociais da internet, blogs e até mesmo portais de notícias), se constituem a partir de uma lógica segundo a qual os polos produtor e receptor são comutáveis e momentâneos, em linha com o conceito trabalhado por Sbardelotto:

Não se trata de papéis fixos e imutáveis de “produtor” e “receptor”, pois é quase impossível definir uma única instância produtora ou uma única instância receptora. Embora a circulação só possa ser entendida na complementaridade entre produção e recepção, o polo produtor e o polo receptor não podem ser definidos aprioristicamente (Sbardelotto, 2017, p. 15).

Além do ambiente no qual se disseminaram as histórias falsas, consideramos ainda a relação entre a crise de credibilidade do jornalismo e o ambiente da desordem da informação como um importante pano de fundo para as categorizações enunciadas pelos/as disseminadores/as, conforme será detalhado a seguir.

## **2 A crise de credibilidade do jornalismo e a desordem da informação**

Em 2009, Fidalgo e Canavilhas já afirmavam que o jornalismo impresso encontrava-se em “profunda crise” e que o futuro pertencia à informação difundida pela internet. Segundo os autores:

Não haverá nem momentos mortos, nem lugares inatingíveis onde as notícias não chegam. [...] [E]las chegam em um meio que é também meio de comunicação pessoal. [...] Comentar a notícia, reenviar a notícia, ignorar a notícia, apagar a notícia são atos constitutivos do processo noticioso, que é especificamente social, mas que o caráter híbrido do celular potencia de tal forma que redefine o próprio estatuto da notícia. Por exemplo, o valor noticioso de uma informação será tanto mais relevante quanto maiores forem as reações respectivas, recebidas dos contatos pessoais (Fidalgo & Canavilhas, 2009, p. 117).

As mudanças em curso no modelo tradicional de veiculação de notícias se inter-relacionam com o que poderia ser considerada uma crise do papel social do jornalista, e, conseqüentemente, do

jornalismo. Segundo Braga, Aguiar e Bergamaschi, as mudanças estruturais na sociedade contemporânea trouxeram novos modos de produção dos conteúdos informativos, o que, por sua vez, teve impacto nos pressupostos da formação profissional dos jornalistas (Braga; Aguiar; Bergamaschi, 2014, p. 116). Camargo e Bruck, nesse sentido, procuram “identificar como os vazamentos constituíram uma modalidade de prática jornalística que se distancia de princípios tidos como desejáveis ética e legalmente por parte da imprensa” (Camargo & Bruck, 2018, p. 3).

Um dos possíveis efeitos dessas mudanças no campo jornalístico seria, assim, a crise de credibilidade do jornalismo (ver Lisboa & Benetti, 2017; Träsel, Lisboa & Reis, 2018).

Devido à complexidade do fenômeno, seria precipitado afirmarmos que há uma relação causal entre os movimentos de transformação no modelo de veiculação de notícias e a crise de credibilidade do jornalismo. No entanto, podemos dizer que o contrato social que outorgou à imprensa, nos últimos dois séculos, a chancela da verdade vem sendo questionado de forma crescente. Embora o foco deste trabalho sejam questões relacionadas à crise de credibilidade do jornalismo, é importante ressaltar que o fenômeno é atravessado por incertezas de outras ordens, que não se limitam à sociedade brasileira. Ainda assim, aqui seus efeitos são sentidos de forma bastante acentuada: o Índice de Confiança Social (ICS) do instituto de pesquisas Ibope Inteligência atingiu, em 2018, o patamar mais baixo de toda a série histórica: 48 pontos em uma escala que vai de zero a 100. A queda afetou até mesmo instituições que sempre ocuparam o topo da classificação, como o Corpo de Bombeiros e as igrejas (Índice de Confiança Social, 2018).

Nesse contexto, a preocupação com a credibilidade do jornalismo começa a ser sinalizada por estudiosos de vários países do mundo, ao mesmo tempo em que a distribuição de informações erradas, descontextualizadas, distorcidas ou falsificadas vai atingindo níveis alarmantes (Delmaso & Valente, 2018). O fenômeno foi chamado pelos pesquisadores Claire Wardle e Hossein Derakhshan de *desordem da informação*. A definição de desordem da informação parte de duas dimensões: danos e incorreções. Os autores apresentam três tipos de informações que constituem o fenômeno (Wardle & Derakhshan, 2017, p. 5):

a) *Mis-information*, ou informação incorreta: quando informações falsas são compartilhadas sem o objetivo de causar dano;

b) *Dis-information* ou informação falsificada: quando informações falsas são compartilhadas, sabendo-se que são falsas, com a intenção de causar dano;

c) *Mal-information* ou má informação: quando informação genuína é compartilhada para causar dano, em geral movendo informação que deveria ser privada para a esfera pública.

É importante observar que em português não há duas palavras diferentes para os termos *misinformation* e *disinformation*. Tanto o dicionário Cambridge quanto o Michaelis traduzem *misinformation* como informação incorreta/falsificada e *disinformation* como desinformação, sendo que o Cambridge usa esta última tradução para os dois termos em inglês. Diante da dificuldade de diferenciá-los em português de forma tão clara, adotamos o conceito de desinformação para tratar de forma abrangente dos três tipos discutidos por Wardle e Derakhshan.

Optamos também por evitar tanto o termo êmico “*fake news*” quanto sua tradução mais comum, a expressão “notícias falsas”, pois, além de ser “inadequada para descrever o fenômeno complexo da poluição da informação” (Wardle & Derakhshan, 2017, p. 5), é importante problematizar o uso da palavra “notícia” – um relato sobre algo que aconteceu – junto ao adjetivo “falsas”. Os conteúdos enganosos, falsificados ou manipulados, emicamente conhecidos como “*fake news*” são referidos, neste artigo, pelo termo *histórias falsas*.

O uso das histórias falsas como estratégia eleitoral vem sendo objeto de preocupação em diversos países. Um relatório publicado pelo Departamento de Segurança Nacional da Rand Corporation descreve o que, segundo seus autores, seria um novo modelo de propaganda (no sentido de divulgação de ideias e doutrinas): o chamado “*firehose of falsehood*”, que poderia ser traduzido como “jato de falsidades”, em referência ao jato d’água provocado pela mangueira de pressão usada pelos bombeiros, devido a suas características (Paul & Matthews, 2016, p. 1). A técnica se caracteriza, segundo o relatório, pelo grande número de canais utilizados e mensagens distribuídas e por uma ousada disposição em disseminar verdades parciais e mentiras. Além disso, é rápida, contínua, repetitiva e não tem compromisso nem com a coerência, nem com a realidade objetiva.

Uma visão complementar da questão é oferecida por Levinson, que, ao analisar as chamadas “*fake news*” (termo adotado pelo autor) no contexto da eleição norte-americana de 2016, afirma que diferentemente das notícias jornalísticas, cujo propósito é reportar fatos que aconteceram, as histórias falsas têm em sua essência o

apelo às emoções, aproximando-se, portanto da propaganda, que tem como objetivo não informar, e sim influenciar. O autor menciona a teoria tetrádica de Marshall McLuhan para sugerir uma explicação para o fenômeno: “as *fake news* recuperam a ruptura com a verdade que caracterizava a propaganda governamental e as notícias em geral nas monarquias pré-democráticas e nos estados totalitários ou, de alguma forma, não democráticos”<sup>1</sup> (Levinson, 2016, s.n.).

A perspectiva mcluhiana de Levinson também interpreta o impacto das histórias falsas à luz de outro fenômeno trazido pelo ambiente das tecnologias de informação e comunicação, que é a propensão das pessoas em buscar na internet as visões com as quais concordam mais, ou nas quais mais acreditam. O autor ressalva que esta característica humana precede a internet, tendo sido descrita pela teoria da dissonância cognitiva de Leon Festinger e, posteriormente, pelo próprio McLuhan, que introduziu o conceito de “Narciso como narcose”, ou o apreço que temos pelos reflexos midiáticos de nossas ideias e sentimentos (Levinson, 2016, s.n.).

Nesse sentido, é interessante o trabalho de Lisboa e Benetti, que, a partir de uma abordagem do conceito de verdade, demonstram os processos de justificação dos textos jornalísticos na busca da credibilidade do público. Segundo as autoras, “o jornalismo deve cumprir três condições para se tornar um conhecimento: as condições da crença, da verdade e da justificação. Basicamente, o sujeito deve crer que o jornalismo diz a verdade, e esta verdade deve estar justificada em seu próprio discurso” (Lisboa & Benetti, 2015, p. 11).

Com esse pano de fundo de extrema desconfiança em relação às informações disseminadas por meio da internet, o Brasil entrou, no segundo semestre de 2018, no momento da campanha eleitoral presidencial. A forma como a desordem da informação foi categorizada pelos/as disseminadores de histórias falsas durante o segundo turno da campanha será tratada mais adiante.

### 3 Pressupostos teórico-metodológicos

A lógica que fundamenta as ações cotidianas das pessoas comuns é o objeto de estudo da Etnometodologia, área das Ciências Sociais que observa os modos pelos quais as pessoas fazem sentido do mundo a partir de suas interações. Segundo a perspectiva etnometodológica, a interação conversacional é um fenômeno

que possibilita um rico quadro de interpretações sobre o mundo social. Para Watson e Gastaldo (2015), autores de obra-síntese sobre os estudos teórico-metodológicos do campo, o objetivo da Etnometodologia é evidenciar as regras e princípios a que as pessoas recorrem em suas interações cotidianas.

Os autores apresentam o conceito de Harold Garfinkel, um dos fundadores do campo, que rejeita o modelo estruturalista da sociologia, entendendo o ator social como um agente que emprega métodos de produção de sentido a partir de seu saber cultural/procedimental. Longe de serem “imbecis culturais”, as pessoas atuam em sociedade de acordo com os contextos em que se encontram, ou, conforme explica Guimarães em seu estudo sobre categorizações de pertencimento que emergem do discurso jornalístico, “[e]m sociedade, todos/as estamos, nesta concepção, interpretando as atividades de outras pessoas, dando sentido ao que fazem(os) e baseando nossas próprias atividades no processo” (Guimarães, 2017, p. 159). Watson e Gastaldo sintetizam a Etnometodologia proposta por Garfinkel como o “*estudo (logos) dos métodos* usados pelas pessoas/grupos (*ethnos*) em suas vidas cotidianas, entendidos como processos de produção de sentido” (Watson & Gastaldo, 2015, p. 13).

Embora tenha dado origem à abordagem da Análise da Conversa nas décadas de 1960 e 1970, a Etnometodologia apresenta ferramentas teórico-metodológicas que vêm sendo usadas em estudos sobre outras formas de interação social, nem sempre ligadas à situação de conversa presencial. Um dos pioneiros da perspectiva da Análise da Conversa foi Harvey Sacks, que identificou a atividade de categorizações de pertencimento como um dos etnométodos usados pelas pessoas. As categorias são, para o autor, formadas a partir de procedimentos que as pessoas utilizam para referir-se umas às outras, a objetos ou a eventos e situações. Ao categorizarem as pessoas e coisas do mundo, os indivíduos mostram seus posicionamentos sobre elas, deixando transparecer os sentidos que produzem a seu respeito.

Embora existam várias maneiras de se trabalhar as categorizações de pertencimento, optamos por um recorte específico, para os fins desta pesquisa, considerando quatro regras de aplicação, sintetizadas a seguir, a partir da sumarização elaborada por David Silverman, e dois aparatos utilizados na elaboração de descrições, que serão explicados mais adiante.

As regras de aplicação que consideramos para realizar a análise do *corpus* foram as seguintes:

a) A *regra de economia*, segundo a qual as categorizações são entendidas de maneira “referencialmente adequada”, ou seja, se nos referimos a uma mãe em relação a um bebê, não é necessário informar a profissão da mãe ou a cor de seus cabelos (Silverman, 1998, p. 79).

b) A *regra de consistência*, que sugere que se uma determinada categoria é usada para descrever uma pessoa de uma população, a mesma categoria – ou outras categorias da mesma coleção – devem ser usadas para descrever outras pessoas da mesma população (Silverman, 1998, p. 80).

c) O *corolário da regra de consistência*, que proporciona uma maneira de resolver ambiguidades nos casos em que uma mesma categoria pertença a mais de uma coleção – por exemplo, o termo “bebê” pode pertencer às coleções “família” e “etapa da vida”. Porém, se a categorização é feita em relação ao termo “mamãe”, sabemos que ambas pertencem à primeira coleção, e não à segunda (Silverman, 1998, p. 80).

d) As *atividades ligadas a categorias* e os *predicados ligados a categorias*, ou seja, aquelas e aqueles que consideramos serem realizadas por ou atribuídos a membros de categorias específicas, com base na suposição de que *essas pessoas fazem essas coisas*, mesmo que, evidentemente, nenhuma descrição esteja completamente livre de algum grau de ambiguidade (Silverman, 1998, p. 83).

De modo geral, pode-se afirmar, portanto, que ao se adicionar as regras de aplicação a uma coleção, emerge o dispositivo dos Mecanismos de Categorização de Pertencimento (MCP).

No que diz respeito às descrições de membros de coleções, é importante considerar, ainda, dois aspectos:

a) A descrição categorial de pessoas a *partir de pares relacionais padrão* (PRP), ou seja, pares de membros convencionalmente relacionados (como por exemplo mãe-filho, cliente-vendedor, eleitor-candidato).

b) O aparato das *categorias inferencialmente ricas*, acionado pelas pessoas ao reconhecerem descrições de membros como “as únicas possíveis dentro de um determinado contexto” (Guimarães, 2017, p. 171).

Além disso, as expressões indiciais – aquelas que ganham sentido a partir de um contexto, tais como “isto”, “eu/você”, “ontem/hoje/amanhã” etc. – são importantes, como o próprio termo sugere,

como indícios do contexto, tanto nas conversas presenciais quanto nas interações digitais e nos textos jornalísticos.

Ao propor que o pertencimento como categoria analítica poderia ser útil para os estudos de comunicação social, Braga e Gastaldo argumentaram que as categorizações, usualmente atribuídas a sujeitos, também se aplicam a “práticas sociais, ideias, leis, atividades ou instituições” e, portanto, podem ser boas ferramentas de análise para diferentes manifestações estudadas pelo campo:

Uma abordagem praxiológica, ao circunscrever um objeto de comunicação midiática (seja um programa de rádio, televisão, interação em entrevistas, jornalismo, ficção, história em quadrinhos, publicidade, etc), identificará um fato empírico, ponto de partida da análise: esta peça foi veiculada neste contexto. Como o enunciador se apresenta? A quem se dirige? Com que categorizações? Que predicados, coleções, pares relacionais e hierarquizações são acionados dentro da lógica do texto? Que recursos retóricos são acionados por essas categorizações? (Braga & Gastaldo, 2018, p. 13).

O *corpus* deste trabalho compõe-se de 228 postagens publicadas em seis sites de checagem de fatos – *Agência Lupa*, *Aos Fatos*, *Boatos.org*, *E-farsas*, *Fato ou Fake* e *Projeto Comprova* –, no período entre as votações do primeiro e segundo turnos da eleição presidencial brasileira de 2018, ou seja, entre os dias 8 e 28 de outubro daquele ano. Optamos por analisar o material publicado pelas agências devido ao fato de que o acesso direto às histórias falsas disseminadas pelo aplicativo de troca de mensagens *WhatsApp* e pelas redes sociais da internet apresenta uma série de dificuldades, provocadas pelas características dessas plataformas. Assim, a tarefa de curadoria das histórias que repercutiram naquele período, já realizada pelas agências, foi de grande valia para que fosse possível reunirmos um material passível de análise.

Após um levantamento preliminar, catalogamos 316 postagens referentes aos temas “Política” e/ou “Eleições 2018”, variando de agência para agência, conforme a organização dos conteúdos nos respectivos sites. Como algumas das agências não segregam o conteúdo por seções temáticas, parte do material se referia a assuntos não relacionados à eleição ou a outras candidaturas (para governos estaduais e Câmara dos Deputados, por exemplo), tendo sido, em todos os casos, descartado. Além disso, fizemos uma distinção entre o que tradicionalmente é chamado de *fact-checking* pelos profissionais das agências – ou seja, a checagem de fatos e

dados mencionados por pessoas públicas (especialmente políticos) em fontes oficiais ou em reportagens jornalísticas – e a verificação de histórias falsas disseminadas por meio de redes sociais da internet e aplicativos de troca de mensagens.

Após a remoção das postagens que não se encaixavam estritamente no critério estabelecido para a análise, restaram 228 postagens. Parte delas, no entanto, tratava de assuntos repetidos, que foram verificados ou divulgados por mais de uma agência. Foi necessário, então, identificar quantas pautas diferentes foram disseminadas no período. Agrupando as postagens sobre assuntos repetidos, chegamos ao número de 132 pautas diferentes – ou seja, desconsiderando as repetições, essa foi a quantidade de assuntos difundidos durante os 20 dias analisados. O material de 228 postagens, agrupadas em 132 pautas, compõe, portanto, o *corpus* que gerou a análise que se segue.

#### 4 Análise

Para realizar a Análise de Categorizações de Pertencimento (ACP), identificamos como agentes categorizadores/as um grupo que denominamos como Disseminadores/as das histórias falsas. Os discursos enunciados pelos/as Disseminadores/as foram analisados, vale lembrar, a partir de reproduções, em trechos ou na íntegra, nas postagens publicadas pelas agências de checagem. Sendo assim, procedemos à análise das categorizações enunciadas por tais agentes.

##### a) **Lula como criminoso**

Nas histórias falsas analisadas, percebe-se a recorrência do par relacional “criminoso/a-cidadã/o de bem” e de atividades ligadas à coleção “crime”. O ex-presidente Lula é referido em algumas postagens como “o preso mais ilustre do país” ou “o presidiário Lula”. Essa descrição categorial de Lula como criminoso também pode ser identificada em uma postagem da *Fato ou Fake*, conforme pode ser visto nas Figuras 1 e 2.

**Figura 1:** Foto verificada pela agência *Fato ou Fake* como história falsa.



Fonte: G1.

**Figura 2:** Foto original, de autoria de Evandro Teixeira.



Fonte: G1.

O texto que acompanha a Figura 1, reproduzida na postagem, remete à regra de economia ao definir o homem de barba como “vagabundo”, termo que no caso é referencialmente adequado à coleção “crime”, pois a situação retratada na imagem fornece o contexto necessário para entendermos que a acepção de “vagabundo” acionada pelo mecanismo de categorização de pertencimento (MCP) é aquela ligada ao mundo do crime. Além disso, a frase da legenda da história falsa aciona a atividade “apanhar”, também ligada à coleção “crime”, se considerarmos o par relacional polícia-bandido e as atividades “bater” e “apanhar” como ligadas aos respectivos membros do par. Vale dizer que a verificação da *Fato ou Fake* esclareceu que o homem de barba retratado na foto, de autoria do fotojornalista Evandro Teixeira, não é Lula, e sim um estudante de Medicina que participava de uma passeata no Rio de Janeiro em 1968.

Outra atividade categorialmente ligada à coleção “crime” é referida em uma história falsa sobre Fernando Haddad, que substituiu Lula como candidato do Partido dos Trabalhadores, após a impugnação de sua candidatura. Devido à regra da consistência, que afirma que “podemos presumir que qualquer membro de uma categoria é um representante daquela categoria para os propósitos de utilização dos conhecimentos armazenados a respeito dela” (Sacks, 1992, p. 41), podemos agrupar a categorização de Haddad sob o mesmo MCP aqui analisado. Na história falsa em questão, o/a agente categorizador/a afirma que “‘Andrade’ [referência irônica ao sobrenome de Fernando Haddad] deixa escapar e confessa que Lula será o verdadeiro presidente em caso de vitória”. Aqui, novamente, é acionada a regra de consistência para estabelecer o verbo “confessar” como relacionado à coleção “crime”, e não à coleção “religião”.

O par relacional “criminoso/a–cidadã/o de bem” é acionado na postagem: “Olha o que o Haddad falou hoje ao sair da PF de Curitiba! Promessa de campanha: o Lula subir a rampa com ele em 01.01.19! Isso é uma afronta aos *brasileiros de bem!*” (grifo nosso). A enunciação formulada pela história falsa menciona que Haddad esteve no prédio da Superintendência Regional da Polícia Federal no Paraná, onde Lula cumpre pena desde abril de 2018, acionando, portanto, a categorização “visita à cadeia” como parte da coleção “crime”. Em contraposição, o/a agente categorizador/a estabelece o termo “brasileiros de bem” para categorizar o grupo de pessoas que seriam “afrontadas” pela suposta recondução de Lula ao poder executivo no caso de Haddad vencer a eleição.

### b) **Esquerdistas como inimigos/as**

A categorização de pessoas ligadas ao campo da esquerda e, mais especificamente, ao Partido dos Trabalhadores, como “inimigos/as”, remete à coleção “guerra” e ao par relacional “inimigo/a-aliado/a”. Neste caso, o MCP acionado parte, em alguns casos, de atividades ligadas à categoria, como na postagem em que o/a agente categorizador/a enuncia: “Vazaram áudios da própria cúpula do PT em companhia de *Ciro Gomes*, *Guiherme (sic) Boulos* e *pasmem, William Bonner* com todas *estratégias (sic)* para justificarem uma tomada de poder” (grifo nosso). A história falsa aciona, ainda, o contexto de guerra, ao referir-se a categorias inferencialmente ricas: “O plano maligno da esquerda irá libertar os presos políticos e facilitar a entrada de militares venezuelanos em nosso *território*, travando uma verdadeira *batalha sangrenta* com nosso Exército, que já afirmou *lutar até a morte* pelo *verdadeiro* povo brasileiro e pelo nosso líder *Bolsonaro*” (grifos nossos). Ao enunciar a história falsa a partir dos termos “território”, “batalha sangrenta” e “lutar até a morte”, o/a agente aciona a coleção “guerra”, posicionando o candidato *Jair Bolsonaro* (“nosso líder”) como “aliado” no par relacional “inimigo/a-aliado/a”, e, portanto, colocando seus adversários na posição “inimigo/a” deste mesmo par. Cabe ressaltar o predicado “verdadeiro” articulado à categoria “povo brasileiro”, o que supõe a existência de um “falso povo brasileiro”, que seria a versão interna do “inimigo” já referido.

Outra história falsa, transcrita a seguir, descreve um suposto fato ocorrido com o candidato *Fernando Haddad*: “*PETISTAS* chamam *HADDAD* de *TRAIADOR* e gritam *FORA HADDAD! Foraaaaaaá (sic)*” (grifo nosso). O MCP ativado nesta descrição também relaciona o candidato do Partido dos Trabalhadores à coleção “guerra” – sendo que, se levarmos em consideração o corolário da regra de consistência, que permite resolver ambiguidades nos casos em que uma categoria possa ser associada a mais de uma coleção, é possível identificar que o termo “traidor” refere-se a esta coleção, e não a “relações amorosas”, por exemplo.

No que diz respeito às atividades ligadas à categoria, pode-se apontar a postagem: “PT vai simular atentado a *Haddad* pra gerar comoção nacional três dias antes das eleições!! Compartilhem!!! Mesmo que seja mentira, pelo menos *já estamos preparados!!!*”. Aqui, novamente, devemos considerar o corolário da regra de consistência para associar a atividade de “estar preparado/a” ao contexto de

treinamento para uma batalha. Cabe destacar também a flexão verbal na primeira pessoa do plural, que inclui o/a leitor/a na “preparação” e também a convocação para a cumplicidade com a veiculação da “notícia”, “mesmo que seja mentira”.

Outra postagem identificada como história falsa enuncia: “Vaza áudio: Haddad e Manuela *tramando* contra Exército e Bolsonaro”. Aqui, novamente, o MCP acionado é o da categorização dos/as candidatos/as da chapa PT/PCdoB/PROS como “inimigos/as”, envolvidos na atividade de “tramar”, ou seja, conspirar, contra o Exército, representante inferencialmente rico de pertencimento associado à categoria “aliado/a” do candidato do PSL.

Os exemplos analisados neste tópico indicam uma tendência dos/as agentes categorizadores/as a descrever o contexto das semanas que antecederam o segundo turno da eleição como um momento de “guerra de informações”, sendo que algumas das histórias falsas sugeriam mesmo que haveria a iminência de ocorrência de uma guerra de fato caso Fernando Haddad vencesse.

### c) **Urnas eletrônicas como fraude**

Nos próximos tópicos, trabalharemos as categorizações de pertencimento enunciadas por Disseminadores/as a respeito não de pessoas, mas de objetos, práticas sociais e ideias. A primeira delas é a categorização das urnas eletrônicas como alvo de fraudes, discurso recorrente em diversas histórias falsas verificadas pelas agências. O termo “fraude” é mencionado em correlação a “urnas” em diferentes pautas, como pode ser visto nos exemplos a seguir (grifos nossos).

1) Versão 1: Olha a *fraude*. 777 votos na urna e 9909 votos pro haddad (*sic*). Compartilhem urgente. Versão 2: Alguém me explica o que aconteceu nesse extrato eleitoral???? 9909 votos pra Haddad só que só tem 777 eleitores????? Sinto cheiro de *fraude*  
 Versão 3: Alguém pode me explicar como em uma seção com 477 votos apurados o Bolsonaro teve 0 votos e o Haddad teve 9909 votos? Não teve *fraude*, viu amiguinho?!  
 Versão 4: Repassando: BOLETIM DE URNA: DE 777 APTOS A VOTAR EM 01 URNA O HADDAD TEVE 9909 VOTOS E BOLSONARO NENHUM VOTO. UM ABSURDO.  
 Versão 5: URNA COM 777 ELEITOTES TEM 9909 VOTOS PRO HADDAD! COMO PODE? #FRAUDENAO.

2) *FRAUDE* ACONTECENDO O CARA FOI VOTAR PARA PRESIDENTE E A URNA APRESENTOU GOVERNADOR 17 KKKKKK... NOS (*sic*) AVISAMOS ... DIA 28 DE OUTUBRO DE 2018.

3) Gente as urnas irão ser *fraudadas*, o PT não é o único inimigo, ele é parte do sistema! Quero estar errado, mas sou tipo São Tomé! 2) Todos estão vendo a vantagem do bolsonaro ! Se as urnas forem *fraudadas* e o PT ganhar, cabe a nós parar esse país ! 3) Somos proibidos agora de denunciar urnas *fraudadas*! Que democracia é essa p...?

4) Os grupos Patrióticos Pro-Bolsonaro estão pedindo pra todo pessoal pegar o Bilhetinho do Resultado (individual) colocar o n° 17 bem visível no campo dele, fotografá-lo e enviá-lo para à (*sic*) Representação Bolsonaro pelas Redes Sociais. Assim, eles terão o comprovante por sessão (*sic*), local, etc. Se comprovar mais de 60 milhoes de votos válidos e não aparecerem no resultado, comprove-se à (*sic*) *fraude* e, com os Advs eles impugnação à Eleição (*sic*) e terão que refazer-la em células (*sic*) de papel. Essa é uma boa tática. Repassar para o máximo de pessoas essa ideia. 50+1 já comprova (*sic*) *fraude* se houver.

5) Gabinete Deputado Jair Bolsonaro Praça dos Três Poderes Anexo III – Gabinete 482 CEP:70160-900 – Brasília-DF Tel.:(61) 3215 5482 – Fax.:(61) 3215 2482 e-mail: [email protected] OBS: REPASSEM SEM PARAR, SE POSSÍVEL MANDA PELO ZAP TBM OK ? VAMOS AJUDAR O CAPITÃO A NÃO SER VÍTIMA DE *FRAUDE* !

Na postagem (1), observam-se cinco variações da mesma pauta. Quatro delas enunciam “fraude” como uma atividade ligada a “urna”, “extrato eleitoral” e “boletim de urna”, portanto objetos físicos; uma delas apresenta a “seção” como alvo da irregularidade, que mesmo sendo um conceito abstrato é facilmente identificável no próprio texto, pois fica claro que o/a agente categorizador/a refere-se a uma seção *eleitoral*. A postagem (2) também associa a atividade “fraude” ao objeto físico “urna”, bem como as três variações da pauta mostrada na postagem (3).

Já a postagem (4) não menciona nenhum termo que remeta diretamente à materialidade da “urna eletrônica”; a evocação do objeto supostamente fraudado (“urna”) é feita a partir da premissa de que o/a leitor/a da história falsa possuiria conhecimentos prévios sobre a atividade “fraude” apenas pelo contexto. É por meio desse

MCP que a expressão “Bilhetinho do Resultado” (4) é enunciada como parte da coleção “eleição” e pode ser entendida como referindo-se ao comprovante de votação, ainda que, na prática, o comprovante não traga nenhuma indicação sobre o “resultado” do voto dos eleitores. A história falsa, redigida com erros de concordância e ortografia e com pouca clareza textual, foi apresentada pela *Aos Fatos* como tendo o objetivo de fazer com que “eleitores do presidenciável Jair Bolsonaro (PSL) anotem o número 17 em seus comprovantes de votação e enviem uma foto para um site de apoio ao candidato”.

Ainda no exemplo, são usados vários termos que só podem ser entendidos a partir do acionamento de categorias inferencialmente ricas, ou seja, as únicas possíveis naquele determinado contexto, como no trecho “(...) eles terão o comprovante por sessão, local, etc”, em que “eles” refere-se à equipe do candidato Jair Bolsonaro; “sessão” (*sic*) refere-se à seção *eleitoral*; e “local” refere-se ao local de votação. Outro trecho compreensível apenas a partir do acionamento de pressupostos previamente conhecidos é o que diz que “50+1 já comprova a fraude (*sic*) se houver”. Aqui, o/a agente faz alusão à porcentagem de votos válidos necessária para vencer eleições majoritárias no Brasil, ou seja, 50% mais um, embora não fique clara a relação entre esse aspecto específico da legislação eleitoral e a tática que a história falsa propõe para combater supostas fraudes. Vale dizer que a equipe do candidato do PSL desmentiu que estivesse reunindo fotos de comprovantes de votação com o objetivo de monitorar possíveis fraudes, como sugeria a história falsa.

O exemplo apresentado na postagem (5) é ainda mais ininteligível, a não ser a partir do acionamento do aparato de categorizações inferencialmente ricas, uma vez que a história falsa se inicia com o endereço do gabinete de Jair Bolsonaro no Congresso Nacional, onde ocupava o cargo de deputado federal até ser eleito presidente, e só depois enuncia a convocação “REPASSEM SEM PARAR (...) VAMOS AJUDAR O CAPITÃO A NÃO SER VÍTIMA DE FRAUDE!” (maiúsculas do original). O texto não relaciona explicitamente o termo “capitão” ao candidato Jair Bolsonaro; a inferência é feita contextualmente. “Fraude” é, portanto, categorialmente relacionada ao processo eleitoral e ao objeto “urnas eletrônicas”, expressão que não aparece no texto da história falsa.

d) **Comunismo como ameaça**

Neste tópico, a categoria tornada relevante pelos discursos das histórias falsas é o “comunismo”, descrito como “ameaça” ao patrimônio e aos valores familiares. Aqui pode-se observar uma interseção com as categorizações de pares relacionais “criminoso/a-cidadã/o de bem” e “inimigo/a-aliado/a”, evocada pela regra de consistência, que estabelece que as categorizações são entendidas de forma referencialmente adequada, ou seja, ao acionarem o MCP que categoriza comunismo como ameaça, os/as agentes categorizadores/as evocam também as coleções “guerra” e “crime”, já trabalhadas anteriormente. Apesar da forte imbricação entre as categorizações feitas a respeito de “esquerdistas” e “comunismo”, nos pareceu que fazia sentido apresentá-las separadamente, uma vez que as enunciações feitas acerca de “esquerdistas” se utilizam de MCP referentes a indivíduos, ao passo que as enunciações sobre “comunismo” acionam outros aparatos, por se tratar de uma ideia.

O caso analisado é uma pauta sobre um suposto confisco de cômodos em imóveis residenciais, para ocupação por famílias de sem-teto, e uma limitação compulsória de gastos com consumo. A história falsa foi reproduzida na íntegra na postagem, como pode ser visto a seguir (grifos nossos).

Reta final de campanha e eu quero compartilhar duas verdadeiras *atrocidades* que estão inseridas no programa de governo do PT. São elas: a poupança fraterna e a moradia social. A poupança fraterna, se você digitar no *Google* agora “poupança fraterna”, vai cair direto no site da Câmara dos Deputados lá em Brasília. A proposta desse projeto é, segundo eles, acabar com a pobreza no Brasil e visa limitar, durante sete anos, o consumo individual de cada brasileiro por mês a R\$700. Toda renda familiar ou individual que passar de R\$700 por pessoa, será confiscado por uma poupança fraterna durante sete anos.

Esse dinheiro, depois, será, em tese, devolvido em 14 anos com metade dos juros da poupança. Agora, pense bem, uma família com pai, mãe e filho, com três pessoas com uma renda mensal de R\$3600 por mês. Essa família poderá gastar para seu sustento R\$2100. O que passar disso (R\$1500), é confiscado para essa poupança. O PT só não conseguiu aprovar esse projeto, em 2005, porque eclodiu o mensalão e eles perderam a base comprada que eles tinham no Congresso. Agora, pense bem, quem fez uma vez, vai

tentar fazer de novo. *Eles querem tomar o seu dinheiro.*

A segunda maldade é a chamada moradia social. O nome é bonito, mas isso é um *ninho de serpente*. Isso não é uma coisa apenas de ideia e eu já vi isso acontecer na Venezuela. A proposta da moradia social é acabar com a crise, a falta de moradia. E como funciona? Vem (*sic*) os assistentes sociais do governo, aliados a movimentos, como o movimento dos sem teto, de casa em casa, levantando quantas pessoas moram naquela casa.

Então, vamos dizer que em uma casa morem o pai, a mãe, um filho e uma filha, numa casa de três quartos. Quando eles vêm, eles determinam então que o pai e a mãe precisam de um quarto, os filhos precisam de outro quarto e que, naquela moradia, está sobrando um quarto. E ela é transformada numa moradia social. E esse movimento, então, determina quem vai morar naquele quarto. Veja, hoje você está aí *assustado* com o movimento dos sem teto invadindo prédios vazios. Amanhã, você *corre o risco* de acordar com um sem teto morando dentro da sua casa. Alguém que você não sabe qual é a cultura, qual é o valor, quais são os princípios e, tudo isso, apoiado por um governo *petista*.

O texto estabelece a categorização de “ameaça” em referência a “comunismo” tanto como maldade quanto como intimidação, ambos predicados ligados à categoria. Na acepção “maldade”, assinalamos duas enunciações: “(...) quero compartilhar duas verdadeiras *atrocidades* que estão inseridas no governo do PT” e “(...) isso é um *ninho de serpente*”. A primeira faz uso do termo “atrocidade” em correlação ao governo do Partido dos Trabalhadores, alinhado ao campo da esquerda. Por isso, se aplicada a regra de consistência, a enunciação sugere um predicado ligado à categoria (“atrocidade” é um atributo associado a “governo do PT” ou “esquerdistas”, membros categorizados como “inimigos”). A segunda adota “ninho de serpente” como descrição para uma versão distorcida do que era o projeto Moradia Social, referido por meio da expressão indicial “isso” na sentença “[o] nome é bonito, mas isso é um ninho de serpente”. Vale lembrar que as expressões indiciais são aquelas que ganham sentido a partir do contexto, donde pode-se dizer que por meio da expressão indicial “isso” o/a agente categorizador/a enunciou uma descrição do projeto Moradia Social – da forma como foi apresentado pela história falsa – como um “ninho de serpente”, ou seja, lugar onde nasce a maldade.

As categorizações ligadas à acepção “medo” são enunciadas nos excertos “[e]les querem tomar o seu dinheiro” e “[v]eja, hoje você está aí assustado (...) [a]manhã você corre o risco de acordar com um sem teto morando dentro da sua casa”. Esta última aciona o aparato da continuidade cronológica (por meio da coleção “tempo”, acionada pelas categorias “hoje”/“amanhã”) para sugerir o tom crescente da “ameaça”.

#### e) **Atentado como dissimulação**

A enunciação do atentado sofrido pelo candidato Jair Bolsonaro como ocultamento de uma doença grave foi tema de diversas pautas no período pré-eleitoral. Na postagem transcrita abaixo foi publicada a transcrição de uma história bastante detalhada, em um texto longo, do qual reproduzimos a seguir excertos relevantes para esta análise (grifos nossos):

Há rumores de que Bolsonaro, *na verdade, está com câncer terminal* no trato digestivo e não está bem de saúde. (...) Lembremos da *camisa forjada com sangue* e toda a *balela criada* pelos dois lados. Temos que pensar na *inconveniente conveniência* deste ataque. (...) Não acho que o episódio tenha sido uma *fantasia*, mas não podemos descartar a possibilidade de ter sido usado para *cobrir um problema de saúde maior do candidato*. (...) E se houver algum *vestígio de verdade* nessa história é obrigação não apenas do candidato mas também de seu médico de informar o *real diagnóstico à nação*. *Mentir* ou *omitir* um quadro tão grave num momento tão delicado de nossa história seria um crime contra nossa democracia.

Nas enunciações presentes nesta história falsa, o MCP aplicado faz uso do par relacional “verdade-mentira” para descrever o que o/a agente categorizador/a considera “dissimulação”: a facada de que Bolsonaro foi alvo é categorizada como uma tentativa de acobertamento de uma doença preexistente, ou seja, um “câncer no trato digestivo”.

Assim, temos as expressões “na verdade”, “vestígio de verdade” e “real diagnóstico” em oposição a “camisa forjada com sangue”, “balela criada”, “fantasia” e “mentir ou omitir”, formando um quadro de referência que contrapõe “verdade” e seus sinônimos a “mentira” e seus sinônimos.

A história também aciona a categorização do atentado como “dissimulação”, parte do par relacional “dissimulação-transparência”, em duas sentenças. A primeira delas é o trecho

“cobrir um problema de saúde maior do candidato”, em que o verbo “cobrir” evoca a atividade categorialmente relacionada de “encobrimento”. A segunda aparece na expressão “inconveniente conveniência”, que se utiliza da figura de linguagem do paradoxo, definida pela Gramática Normativa da Língua Portuguesa Rocha Lima como “a reunião de ideias contraditórias num só pensamento, o que nos leva a enunciar uma verdade com aparência de mentira”. Ainda segundo o autor, “[t]odo paradoxo encerra, em última análise, uma antítese, porém uma antítese especial, que, em vez de opor, enlaça ideias contrastantes”. Por meio do paradoxo que contrapõe “inconveniente” a “conveniente”, o/a agente categorizador/a cria uma descrição referencialmente adequada à narrativa da história identificada pelas agências como falsa, ao sugerir que mesmo que o ataque não tenha sido forjado, ainda assim poderia servir ao propósito de encobrimento que o texto proclama. Vale dizer que embora a história tenha sido identificada como falsa pelas agências em outubro, diante dos fatos que puderam ser verificados naquele momento, as dúvidas sobre as circunstâncias envolvendo o atentado ao então candidato Jair Bolsonaro persistiram mesmo após ele ter sido empossado como presidente da República, em 2019.

## 5 Conclusões

Este trabalho apresentou cinco categorizações de pertencimento elaboradas nos discursos das histórias falsas que circularam no período da eleição presidencial de 2018. Na perspectiva da ACP, as categorizações emergem dos dados, e o primeiro padrão que observamos foi a recorrente menção a supostas fraudes em urnas eletrônicas, em um quadro de sentidos relacionado à ideia de que as adulterações seriam orquestradas com o objetivo de prejudicar o candidato Jair Bolsonaro. Este assunto foi citado em 26 pautas diferentes, caracterizando o tema Urnas Eletrônicas como aquele que apresentou maior variação na temática das histórias falsas disseminadas. Além da variedade de pautas, as fraudes nas urnas também foram objeto do maior número de verificações realizadas pelas seis agências de checagem, tendo sido tratadas em 53 postagens. A validação deste discurso por parte do próprio candidato e por seus filhos – candidatos também eleitos nas eleições parlamentares em 2018 – contribuiu para a

amplificação da pauta na conversação civil durante o período pré-eleitoral. A categorização de “urnas eletrônicas” como “fraudes” constituiu-se, portanto, na primeira das cinco enunciadas por Disseminadores/as.

A segunda categorização que ganhou relevância a partir das descrições enunciadas pelos/as agentes foi a do ex-presidente Lula, principal fiador da candidatura de Fernando Haddad, como “criminoso”. A categorização se inter-relacionou de modo bastante intenso a outras duas, igualmente negativas para o grupo Haddad/PT/Lula: a de “esquerdistas” como “inimigos/as” e a de “comunismo” como “ameaça”. A única categorização enunciada por Disseminadores/as que apontava negativamente para Jair Bolsonaro era a que descrevia o atentado sofrido pelo candidato como “dissimulação” para ocultar um possível diagnóstico de câncer.

A análise de categorizações de pertencimento aplicada às pautas das histórias falsas demonstra que se por um lado foram disseminadas e verificadas histórias falsas favoráveis e desfavoráveis aos dois candidatos, por outro não se pode desconsiderar a desproporção observada entre os dois conjuntos de pautas. Embora tenham sido disseminadas pautas prejudiciais às duas candidaturas, é possível concluir que tanto sob o ponto de vista da variedade de assuntos desfavoráveis quanto sob a perspectiva da atribuição de sentidos negativos a um candidato e seus apoiadores a pauta da desinformação teve peso maior em conteúdos nocivos a Fernando Haddad e em temáticas que beneficiavam, direta ou indiretamente, a candidatura de Jair Bolsonaro.

Por fim, é importante lembrar que os elementos que compõem o ambiente da desinformação, inclusive no que diz respeito à política em períodos eleitorais, não podem ser considerados apenas sob a perspectiva da desinformação no contexto do ambiente forjado pelas tecnologias de informação e comunicação. Boatos e mentiras criados para acusar adversários políticos existem há muitos séculos. O que pretendemos investigar, com esta pesquisa, foram as categorias de pertencimento utilizadas no âmbito das pautas disseminadas no período específico da eleição presidencial brasileira, e, para isso, não poderíamos deixar de considerar as circunstâncias em que elas foram constituídas. Assim, constatamos que o ambiente criado pelas tecnologias de informação e comunicação, aliado às características de seus usos e apropriações no Brasil, provocou consequências na vida social

do país. A desordem da informação ganhou centralidade no debate público antes e durante o período eleitoral. Suas implicações são, em ampla medida, resultados de consequências não previstas das tecnologias (redes sociais da internet e aplicativos de troca de mensagens); porém, por outro lado, aparentam integrar também uma tática deliberadamente criada para gerar ruído e confusão, com objetivos político-eleitorais, por uma candidatura que, ao que tudo indica, fez da desinformação uma estratégia.

## NOTAS

- 1 Tradução nossa. No original: *As McLuhan might well have put this, fake news “retrieves” the severance from truth which typified government propaganda and news in general in pre-democratic monarchies and subsequent totalitarian or otherwise non-democratic states (...).*

## REFERÊNCIAS

- Braga, A. (2008). *Personas materno-eletrônicas: Feminilidade e interação no blog Mothern*. Porto Alegre: Sulina.
- Braga, A., Aguiar, L., Bergamaschi, M. (2014). O chão de fábrica da notícia: contribuições para uma economia política da práxis jornalística. *Intercom-RBCC*, v. 37 (n. 1), p. 111–131.
- Braga, A., Gastaldo, É. (2018). Pertencimento como categoria analítica: etnometodologia para os estudos de comunicação. *E-Compós*. v.21 (n. 3), 2018. <https://doi.org/10.30962/ec.1563>
- Carvalho, C. A., Bruck, M. S. (2018). Vazamentos como acontecimento jornalístico: notas sobre performatividade midiática de atores sociais. *Revista Famecos*, v.25, n.3. DOI: 10.15448/1980-3729.2018.3
- Chaves, M. (2019). *A Pauta da Desinformação: “fake news” e categorizações de pertencimento nas eleições presidenciais brasileiras de 2018* (Mestrado – não publicado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Delmazo, C., Valente, J. C. L. (2018). Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. *Media & Jornalismo*, v.18, n.32, pp.155-169.

Fidalgo, A., Canavilhas, J. (2009). Todos os Jornais no Bolso: pensando o jornalismo na era do celular. In RODRIGUES, C. (Ed.), *Jornalismo On-Line: modos de fazer* (p. 99-117). Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Porto Alegre: Editora Sulina.

Gomes, W. (2006). Apontamentos sobre o conceito de esfera pública. In Maia, R. C. M.; Castro, M. C. P. (Eds.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas* (p. 49-62). Belo Horizonte: Editora da UFMG.

Guimarães, J. D. (2017). *O campo jornalístico e a lei anti-homofobia* (Doutorado – não publicado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Índice de Confiança Social (2018). São Paulo: Ibope Inteligência. Disponível em: <[http://177.47.5.246/arquivos/JOB%2018\\_0741\\_IC\\_S\\_Apresenta%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://177.47.5.246/arquivos/JOB%2018_0741_IC_S_Apresenta%C3%A7%C3%A3o.pdf)>.

Levinson, P. (2016). *Fake News in Real Context*. New York: Connected Editions. Edição Kindle.

Lisboa, S., Benetti, M. (2017). Credibilidade no Jornalismo: uma nova abordagem. *Estudos em Jornalismo e Mídia*. v.14, n.1. pp. 51-62.

\_\_\_\_\_. (2015). O jornalismo como crença verdadeira justificada. *Brazilian Journalism Research*. v.11, n.2.

Paul, C., Matthews, M. (2016). The Russian “Firehose of Falsehood” Propaganda Model: why it might work and options to counter it. Santa Monica: Rand Corporation, 16 p. Relatório Técnico. Disponível em: <<https://www.rand.org/pubs/perspectives/PE198.html>>.

Peters, J. D. (2017). “O que você diz de toda a minha falácia está errado”: sobre o determinismo tecnológico. *Matrizes*, v. 11 (n. 2), p. 13–33. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v11i2p13-33>

Sacks, Harvey. *Lectures on Conversation*. Padstow, Cornwall: Blackwell Publishing, 1992. v. 1.

Sbardelotto, M. (2017). Circulação em Rede: a comutabilidade dos polos de produção e recepção no fluxo comunicacional digital. *XXVI Compós*. São Paulo.

Silverman, D. (1998). *Harvey Sacks: social science & conversation analysis*. New York: Oxford University Press.

Träsel, M., Lisboa, S., Reis, G. (2018). Indicadores de credibilidade no jornalismo: uma análise dos produtores de conteúdo político brasileiros. *XXVII Compós*. Belo Horizonte.

Wardle, C., Derakhshan, H. (2017). *Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. Council of Europe report.

Watson, R., Gastaldo, É. (2015). *Etnometodologia e Análise da Conversa*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Petrópolis, Vozes.

**MÔNICA CHAVES.** Jornalista e mestra em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), tendo sido bolsista CAPES. Especialista em Comunicação Integrada pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ). Membro do Grupo de Pesquisa em Interações Digitais (GRID/CNPq). E-mail: contato@monicachaves.jor.br

**ADRIANA BRAGA.** Professora Associada no PPGCOM da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e pesquisadora CNPq. Autora dos livros *Introdução à Ecologia das Mídias* (com Lance Strate e Paul Levinson, 2019), *Corpo-Verão: jornalismo e discurso na imprensa feminina* (2016), *Personas Materno-Eletrônicas* (2008) e *CMC, Identidades e Gênero: teoria e método* (Portugal, 2005). Coordenadora do Laboratório de Mídias Digitais (LabMiD) e do Grupo de Pesquisa em Interações Digitais (GRID/CNPq). Email: adrianabraga@puc-rio.br